

XXIII Encontro Nacional de Economia Política
Faculdade de Economia da UFF – Junho de 2018

**A permanência do problema agrário no Brasil:
um estudo de caso sobre o município de Mantena-MG¹**

Sara Nascimento de Oliveira (economista)

Nazira Camely (Departamento de Economia da UFF)

Resumo: O Brasil apresenta um grave: o problema agrário. Este problema estrutural provoca o atraso do desenvolvimento da nação e joga na miséria rural e urbana milhões de famílias. Aquelas que seguem sua heroica lida no campo enfrentam os problemas que levantamos nas famílias entrevistadas no município de Mantena (MG): o problema fundiário, a falta de infraestrutura, de apoio técnico e financiamento para a produção, o precário ou nenhum acesso à educação e saúde e a migração de seus familiares. É a população que se reproduz no campo que está submetida às relações sociais mais atrasadas exatamente porque em nosso país subsiste *Cinco Séculos de Latifúndio*.

Palavras-chave: Problema agrário, agricultura camponesa, pobreza, desenvolvimento, Mantena (MG).

Área-temática: Capitalismo, espaço e meio ambiente.

¹ Trabalho resultado da monografia de Sara Nascimento defendida no Departamento de Economia da UFF em 2017.

1– A questão agrária no Brasil e a concentração de terras

O Brasil não resolveu o problema agrário, nem pode resolvê-lo nos marcos do capitalismo e por razões que podem ser compreendidas historicamente é um dos países que tem a maior concentração de terras do mundo. Parafraseando Alberto Passos Guimarães podemos afirmar que em nosso país impera “cinco séculos de latifúndio”. As famílias camponesas encontram-se no centro de um problema crucial para o país que se arrasta há cinco séculos: **A questão agrária brasileira**. As consequências são inúmeras: evasão do campo, pobreza, violência e manutenção de relações economicamente atrasadas no campo e na cidade. O pequeno agricultor que luta contra os grandes proprietários para permanecer produzindo e existindo, luta também contra o capital que se estabeleceu com um novo tipo de produtor rural tecnicizado e por isto considerado mais eficiente.

O Estado é a expressão do poder agroindustrial, o qual exerce pressão política e financeira e direciona as políticas públicas para o seu benefício, desprezando o papel social exercido por aqueles que da terra vivem e produzem, não só para si, mas como os principais responsáveis pela produção de alimentos do país.

Ao afirmamos, neste artigo, a vigência da questão agrária no Brasil nos baseamos principalmente nos estudos de Guimarães (1968), Silva (1979), Oliveira (2007) e IBGE (2006). Existe uma ampla literatura no campo das ciências sociais, da economia e da geografia agrária que têm como foco o problema agrário no Brasil. Neste trabalho nosso objetivo é procurar, a partir de uma pesquisa com famílias camponesas do Município de Mantena (MG), relacionar o problema mais amplo (o agrário/nacional) como o que explica, a partir de nossa compreensão, a situação de penúria que vivem as famílias de Mantena pois os problemas por elas enfrentados são bastantes semelhantes daqueles que milhões de famílias – que vivem e se reproduzem, precariamente, no campo no Brasil. Para ilustrar isto vejamos alguns dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006.

Segundo os dados do IBGE (2006) os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares (latifúndios) ocupavam 43% da área total de estabelecimentos agropecuários no país, enquanto aqueles com menos de 10 hectares ocupavam 2,7% da área total. Segundo o IBGE em 2006 os cerca de 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários do país ocupavam 36,75% do território nacional e tinham como atividade principal a criação de bovinos. A área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros diminuiu em 23,7 milhões de hectares (-6,69%), em relação ao Censo de 1995. O IBGE aponta como uma das causas possíveis o aumento da criação

de áreas de unidades de conservação ambiental (aumento de 19,09%) e de terras indígenas (crescimento de 128,2%) que em essência não alteraram o problema agrário. Confirmam como podemos verificar com a matança sistemática efetuada contra os povos indígenas e populações que vivem e se reproduzem em áreas de reserva ambiental (seringueiros, extrativistas, agricultores, quebradeiras de coco, quilombolas, dentre outros)².

Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) nos revela importantes contradições no campo brasileiro. A grande maioria dos produtores entrevistados (80%) eram analfabetos ou não concluíram o ensino fundamental; a maioria dos pequenos estabelecimentos agrícolas não possuem maquinário e tampouco assistência técnica; a monocultura da soja cresceu 88% de 1996 para 2006; os estabelecimentos agropecuários tinham 12 milhões de trabalhadores temporários (IBGE, 2006). Estes estão submetidos às formas mais atrasadas e penosas de relações sociais de produção.

Uma análise histórica da propriedade de terra no Brasil aponta para a relação existente entre a propriedade da terra e a desigualdade social e econômica da grande maioria da população brasileira. A concentração de terras e a concentração de renda no Brasil e no mundo, são fatores que aprofundam a desigualdade social. No Brasil 1% dos proprietários de terra detém cerca de 48% das terras brasileiras o que reflete-se em um alto grau de concentração de renda no país (OXFAM, 2016, p. 8). O Censo Agropecuário de 2006 indica a disparidade em número de estabelecimentos entre as pequenas e grandes propriedades rurais. Entre 1985 e 2006 não ocorreu mudança significativa na faixa de distribuição de terras, tanto entre 10 e 100 hectares quanto na faixa entre 100 e 1.000 hectares. Ao contrário o número de estabelecimentos e a área de ocupação permanecem os mesmos, o que revela pouca mobilidade no perfil fundiário no Brasil (OXFAM, 2016, p. 9). Apesar de possuir menor parcela das terras brasileiras (em extensão) os dados indicam a forte presença da agricultura familiar em termos da produção alimentar em escala nacional (CODAF, 2016).

O índice de Gini para concentração fundiária de 1985 à 2006 evidencia a tendência de elevação do índice de concentração de terras durante as três décadas. Entre os 26 estados e o Distrito Federal apenas 9 apresentaram queda no índice de concentração, e no caso de Minas Gerais permaneceu praticamente inalterado (OXFAM, 2016, p. 9).

²Para uma discussão sobre os problemas fundiários enfrentados por populações de áreas de unidades de conservação ver Dowie (2006) e Camely (2009).

Tabela 1 - Evolução da concentração de terras de acordo com o Censo Agropecuário, IBGE (1985-2006)

Evolução da concentração de terras			
UF	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837
Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,827	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio G. do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,840	0,834	0,840
Minas Gerais	0,770	0,772	0,795
Espírito Santo	0,671	0,689	0,734
Rio de Janeiro	0,815	0,790	0,798
São Paulo	0,770	0,758	0,804
Paraná	0,749	0,741	0,770
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio G. do Sul	0,763	0,762	0,773
Mato G. do Sul	0,860	0,822	0,856
Mato Grosso	0,909	0,870	0,865
Goiás	0,766	0,740	0,776
Distrito Federal	0,767	0,801	0,818

Fonte: OXFAM, 2016.

Os dados do índice de Gini indicam aumento na concentração no período de 1985 a 2006, com exceção dos estados Roraima, Piauí, Paraíba, Sergipe e Mato Grosso, dos quais não podemos aqui precisar as razões. Destacamos o estado de Minas Gerais que apresentou aumento nos dados de concentração fundiária.

Segundo Teixeira (2011) pode-se observar na tabela 2 os dados da evolução de concentração de terras elaborados pelo INCRA no período de 2003 a 2010. Segundo a Lei Agrária N° 8.629 de 1993 “as grandes propriedades improdutivas são as passíveis de desapropriação”, resultando em 69.233 imóveis rurais ou 228 milhões de hectares improdutivos que poderiam ser desapropriados através da Reforma Agrária (TEIXEIRA, 2011).

Tabela 2 - Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil, análise dos imóveis no período de 2003 a 2010

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2003
	Número	Área (ha.)	Peso /área total	Número	Área(ha.)	Peso s/área total	
Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a)Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
b)Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
Total-Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

Considerando os dados expostos é notável a permanência do modelo de concentração fundiário brasileiro pautado na concentração de terras na contramão da presença dos pequenos produtores como possuidores do maior número de estabelecimentos agropecuários, sendo, porém, os pequenos produtores detentores de menor extensão total das terras brasileiras.

Como consequência do processo histórico de desenvolvimento do setor agrícola brasileiro e fraca efetividade da Reforma Agrária ocorre como resultado final das contradições existentes do campo a violência e o conflito agrário (OXFAM, 2016, p. 7). No contexto das reivindicações dos camponeses no campo e seus decorrentes conflitos estão grupos sociais como os quilombolas e os povos indígenas, ambos os grupos permanecem tendo seus direitos

à terra contestados “especialmente em estados que afirmam ter vocação para agropecuária e que, por isso, buscam estender ao máximo os limites dos latifúndios” (CPT, p. 115-117). Durante o período de 1964 a 2010, segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e da Comissão pastoral da terra (CPT), foram registradas 2.262 mortes resultantes de conflito no campo.

A violência que o latifúndio exerce no campo sobre todos os grupos sociais que se levantam na luta pela terra repetiu-se no ano de 2017. Em abril de 2017 ocorreu o massacre de 10 camponeses em Colniza (MT), entre eles crianças, adolescentes e idosos, além de feridos e desaparecidos. A região é marcada com conflitos e violência e segundo a CPT em 2004 cerca de 185 famílias assentadas foram expulsas da região e tiveram plantações destruídas por homens fortemente armados (capangas) (CPT, 2017). Em 24 de maio de 2017 foram assassinados 10 agricultores em Pau D’Arco (PA)³.

Na região Vale do Rio Doce (MG) são diversos os conflitos agrários e relataremos alguns destes a partir das informações do Movimento dos Sem-Terra (2017). Em abril de 2017 Silvino Nunes Gouveia, dirigente regional do MST foi assassinado no Assentamento Liberdade em Periquito-MG. De acordo com dados do MST os conflitos no Vale do Rio Doce “têm se intensificado por falta de medidas que agilizem o assentamento das famílias acampadas. Nessa região são mais de 1200 famílias em cinco acampamentos” (MST, 2017). No Vale do Rio Doce ocorreram inúmeros ataques a trabalhadores rurais de 2015 até 2017. Anteriormente em 2004 cinco trabalhadores rurais foram assassinados pelo fazendeiro Adriano Chafick Luedy, réu confesso e condenado. Em julho de 2015 o acampamento do MST localizado na fazenda Casa Branca foi atacado pelo suposto proprietário Genil Mata da Cruz, que na época era prefeito de Central de Minas pelo Partido Progressista (PP). Também um conflito recente ocorreu na fazenda Pedra Corrida, supostamente propriedade da CENIBRA⁴, uma área com mais de 10.000 hectares com forte suspeita de grilagem. Cerca de 600 famílias estavam acampadas na mesma fazenda em Periquito-MG. Em abril de 2017 segundo o MST “jagunços e o grileiro Leonardo Andrade fizeram uma emboscada contra as famílias acampadas na fazenda Norte América” em Capitão Enéas na mesorregião Norte de Minas (MST, 2017). Segundo o MST-MG existiam quarenta e sete acampamentos com aproximadamente sete mil famílias acampadas (...) em nove

³<https://resistenciacamponesa.com/luta-camponesa/chacina-em-pau-d-arco-no-para-e-crime-de-estado/>, acesso em 03/05/18.

⁴CENIBRA: empresa de celulose situada no Vale do Rio Doce – MG.

regiões do estado. E esclarece que o fim desses conflitos somente ocorrerá quando o Estado realizar de fato os assentamentos das famílias e conjuntamente a justiça parar as atrocidades feitas no campo (MST, 2017).

A Comissão Pastoral da Terra (2017) relata que em 2016 foram registrados 1.295 conflitos pela terra no Brasil que resultaram em 61 assassinatos. Segundo os dados da Pastoral “nos últimos 25 anos o número de assassinatos só foi maior em 2003 quando foram registrados 73 assassinatos. De 2015 para 2016 todas as formas de violência apresentaram crescimento” (CPT, 2017, p. 1), conforme dados da CPT na tabela 3:

Tabela 3 - Violência registrada no campo, de 2015 à 2016

	2015	2016	%
Assassinatos	50	61	22
Tentativas de Assassinatos	59	74	25
Ameaças de Morte	144	200	39
Agredidos	187	571	206
Presos	80	228	185

Fonte: CPT (2017, p. 1)

A Comissão Pastoral da Terra em seu relatório de 2017 afirma que o ano de 2016 foi marcado pela criminalização do Movimento Sem-Terra em que pode ser apontado o incidente em Santa Helena (GO), onde a ocupação de parte da Usina Santa Helena por 1.500 famílias do MST gerou pela primeira vez um processo e enquadramento na Lei nº 12.850/2013 como uma organização criminosa (CPT, 2017).

Segundo Silva Junior (2012) nas últimas duas décadas ocorreu uma quase paralisia na execução da Reforma Agrária, com um número baixíssimo de famílias assentadas no período de 2003 a 2012, que somente diminuiu. E a causa desse tão grande enfraquecimento seria o interesse do agronegócio em conjunto com o grande capital:

Esta diminuição denuncia, por si só, o lento e gradual abandono da Reforma Agrária. Mesmo herdando um grande passivo dos governos anteriores, os governos petistas, além de não conseguirem assentar as famílias, intensificaram a política de declínio da criação de assentamentos. Os números da reforma agrária em 2012 não foram péssimos apenas para as mais de 200 mil famílias que estão sob os barracos de lona preta. O governo não quis ouvir

o grito dos povos indígenas, que ecoou por todo mundo, diante do genocídio que persiste, e da mesma forma, não quis ouvir o grito das populações quilombolas na luta pela demarcação de seus territórios. Das mais de 3.000 comunidades quilombolas existentes em todo país, apenas quatro foram beneficiadas (CPT, 2012, p. 146-147).

Sobre o pequeno agricultor Oliveira (2007) recorda a expectativa da execução efetiva da Reforma Agrária no início do século XXI, com o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o início do governo dos trabalhadores encabeçado por Lula. Havia expectativa de avanço para o pequeno produtor no campo ao mesmo tempo em que o cenário agrícola mundial avançava para um “novo patamar de acumulação” (OLIVEIRA, 2007, p. 146-147). O antigo modelo de monocultura recebeu uma nova cara: *agribusiness* ou agronegócio, numa junção entre o modelo de produção milenar de alimentos necessários à vida humana e o modelo de “produção de *commodities* para o mercado mundial” (OLIVEIRA, 2007, p. 147). Esta contradição entre a produção agrícola capitalista e a produção tradicional do campesinato modificou-se, onde observou-se que o pequeno produtor se voltava agora para o abastecimento total ou parcial dos “mercados mundiais e/ou nacionais” se integrando “nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou exportação” (OLIVEIRA, 2007, p. 147). Para o autor o agronegócio “nada mais é que uma reprodução do passado” e se justifica pelo discurso iniciado desde 1500 no qual o Brasil seria desenvolvido através do modelo agrícola de exportação (OLIVEIRA, 2007, p. 149).

Considerando a análise divulgada pela Associação Brasileira do Agronegócio, o Plano Safra⁵ 2016/2017 arrecadou cerca de 202,8 bilhões voltados para este seguimento (ABAG, 2017). Ficou então a Reforma Agrária “pendente no ar”, num país onde cerca de 30 milhões de pessoas fazem parte da produção rural, dos quais 80% produzem sob vínculo familiar e cerca de 20% são assalariados. Desta forma percebemos a necessidade da defesa da Reforma Agrária, pauta dos movimentos do campo, pois a agricultura familiar é responsável por empregar cerca de 13,6 milhões de produtores enquanto as grandes propriedades apenas demandam em torno de 751 mil trabalhadores (OLIVEIRA, 2007, p. 152, 153). Prossegue assim o campo brasileiro como duas faces da mesma moeda, com os grupos que integram o agronegócio, os “latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários”, debaixo da bandeira de modernidade e mundialização da produção agropecuária brasileira e do outro lado o pequeno produtor, que

⁵ Custeamento agrícola e pecuário por parte do governo, de modo a incentivar a produção nestes setores.

resiste em meio a conflitos e barbáries, uma violência registrada em estatísticas e que é negada por muitos governos estaduais em conjunto com os monopólios dos meios de comunicação. Ficam impedidos assim os “trabalhadores do campo e (...) parte dos excluídos da cidade” de “entrarem na terra para se transformarem em camponeses” (OLIVEIRA, 2007, p. 153).

Mantena: uma amostra da crise estrutural do campo no Brasil

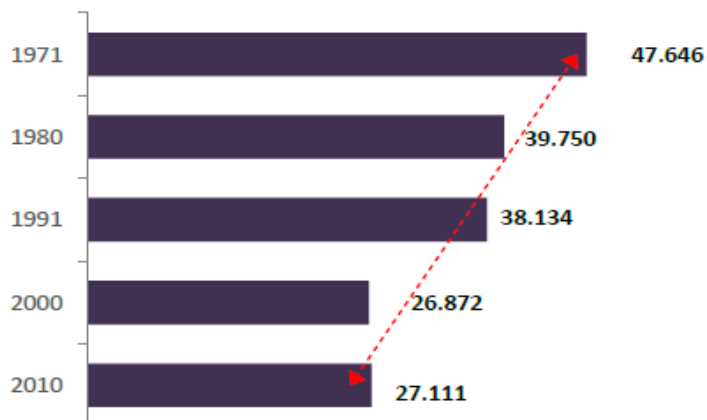
A escolha do município de Mantena (MG) para a pesquisa de campo neste trabalho ocorreu devido a vinculação, de uma das autoras, com este local onde foi realizada a pesquisa de campo e a coleta de depoimento de 19 famílias que vivem da agricultura. Não conseguimos localizar pesquisas acadêmicas sobre a região de Barra do Ariranha, portanto neste tópico procuramos fazer uma descrição da observação da realidade das famílias entrevistadas e compreendemos que a situação enfrentada pelas famílias está estreitamente vinculada com aquelas enfrentadas pela grande maioria das famílias camponesas do país em decorrência da ausência da Reforma Agrária e pelas diretrizes da política agrícola adotadas ao longo dos anos.

No cenário agrário de Minas Gerais está o município de Mantena criado por decreto em 1943. Anteriormente era conhecido como povoado de Barra do Córrego do Ilhéus e Patrimônio Benedito Quintino e já fez parte do município de Teófilo Otoni em 1852 e Itambacuri em 1918 (SERFHAU, 1971, p. 1). Por estar situado entre o Estado do Espírito Santo e Minas Gerais o município se tornou um hiato entre os dois fluxos de povoamento até o ano de 1963, foi objeto de zona litigiosa entre os dois estados que reivindicavam para si o território. Em decorrência da disputa Mantena perdeu para o Espírito Santo os povoados de Santo Agostinho e Água Doce. Além disso o município foi desmembrado pelo estado de Minas emancipando Mendes Pimentel, Itabirinha de Mantena e Central de Minas, resultando em divisão político-administrativa e constituindo quatro distritos: Sede, São João do Manteninha, Nova Belém e Barra do Ariranha (SERFHAU, p. 1, 3-4).

O censo demográfico de Mantena em 1970 estimou a população em 47.763 habitantes, resultado diferente da publicação realizada pela FIBGE que apontava 50.480 habitantes em 1968 e 77.486 em 1969. A apuração do total de pessoas realizado em 1970 aponta a perda de população se comparado com as estimativas no período entre 1960 e 1970. Parte do motivo seria o desmembramento dos distritos de Santo Agostinho e Água Doce em 1963, porém também se pode considerar o fluxo de forte emigração de parcelas da população urbana e rural

para fora do município. A análise de distribuição urbano-rural da população em 1971 aponta 77% da população na área rural, enquanto segundo a divisão político-administrativa do município 45% do total da população (21.577) está situada no distrito Sede onde 54% da população é urbana. Confirma-se assim a perda ou estagnação total do número de habitantes em conjunto com o processo ocorrido em etapas da migração interdistritais registrada na zona rural do município de Mantena (SERFHAU, 1971, p. 4-6). Em 1971, considerável parcela da população era constituída de imigrantes com faixa etária acima de 30 anos entre 1969 e 1970. Com notável aumento de natalidade de 18/1000 habitantes para 42/1000 habitantes registrando crescimento vegetativo positivo, porém saldo migratório negativo responsável pela perda demográfica do período (SERFHAU, 1971, p. 6-7). Segundo dados do SEBRAE (2013) a taxa de crescimento anual (CAGR) do município de Mantena apresentou variação de -1,9% ao ano no período analisado. De acordo com o censo IBGE 2010 os 27.111 habitantes do município se distribuem em 21.258 na área urbana e 5.835 na área rural, conforme a Figura 1:

Figura 1 - Evolução em número de habitantes de Mantena (1971 a 2010).



Fonte: SEBRAE Mantena, 2013.

2.2 - A descrição das condições de vida das famílias camponesas entrevistadas em Mantena (MG)

O desenvolvimento inicial do município de Mantena deu-se a partir do final do ciclo do ouro e expansão da produção cafeeira, fator decisivo para o povoamento na região. Durante muito tempo Rio de Janeiro, Governador Valadares e Vitória (através de Colatina) foram o principal caminho de exportação do café da região por serem centros comerciais e saída obrigatória para exportar. Mantena fazia parte da “região cafeeira e pastoril do antigo litígio entre Espírito Santo e Minas Gerais” formada por oito municípios que possuíam vegetação

florestal original, porém erradicada após a ocupação e apoio ao sistema de lavoura cafeeira. É ressaltado que “o trabalho agrícola, baseado na mão de obra familiar, é usual na região, onde também é comum a parceria para o café (meação) e para os cereais (terça)”⁶ (SERFHAU, 1971, p. 7). No mesmo período ocorreu a expansão de pastos artificiais substituindo antigos cafezais e crescendo a produção pecuária na região, principalmente para o corte (cria e engorda) e a produção leiteira. Caracteriza-se como município comercial-agropecuário-exportador. Comercial mais no sentido atacadista, já que aí se comercializam com produtos primários ou manufaturados de e para municípios da microrregião de que faz parte e de outros municípios de Minas ou Espírito Santo. Agropecuário-exportador pela antiga e atual produção de café, milho, arroz, batata, feijão, cana, frutas, madeira e gado e seus derivados destinados, em sua maior parte, a outros centros do país (SERFHAU, 1971, p. 7). Segundo dados do INCRA, cerca de 70% do total de área do município é constituída por propriedades rurais particulares, sendo um pouco mais de 800 km²; os 30% restantes de terras são em maior parte de propriedade pública de terrenos urbanos e terrenos privados urbanos, e uma ínfima parte é terreno rural de propriedade pública (SERFHAU, 1971, p. 18).

A pesquisa de campo foi realizada no período de 08/04/2016 à 14/04/2016 quando 19 famílias de pequenos produtores foram entrevistadas em Barra do Ariranha, distrito de Mantena. Em Barra do Ariranha o clima era extremamente quente e a falta de chuva (a seca), de estradas e de suporte técnico foram constantemente mencionados pelos produtores como problemas graves que eles enfrentam. A maior parte dos produtores agrícolas relataram não utilizar agrotóxicos em seus produtos.

A primeira família entrevistada foi do Sr. Nicolino Gonçalves de Oliveira de 71 anos, o qual era proprietário de uma pequena terra em Córrego do Ariranha, porém a doou para uma igreja local e relatou dívida por utilização de máquina sem permissão do IBAMA. Agora reside na mesma propriedade sob contrato de concessão, obtendo renda pela aposentadoria e pagamento em forma de leite (diário), por conceder permissão a seu sobrinho (vizinho) de utilizar o pasto para seu gado. Também realiza venda de porcos para abatedouros no centro de Mantena por R\$ 150,00 a R\$ 200,00 por cabeça. Possui plantação de milho para alimentar seus animais, criação de porcos para abate e plantação de laranjeira para consumo próprio. O senhor Nicolino reside e produz sozinho, não possui filhos residindo na região e permanece por motivos familiares, pois seu pai era desbravador da área e após conquistar grandes pedaços de

⁶ Meação: metade da produção total. Terça: um terço da produção total. Formas comuns de pagamento ao senhor da terra no regime feudal.

terra os dividiu entre 11 filhos, dos quais parte já faleceu, e o restante venderam suas terras e migraram para outras cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Mato Grosso; alguns irmãos permaneceram em terras vizinhas da região. Pela idade avançada o produtor relata dificuldade e falta de mão de obra para ajudá-lo a produzir. Afirmou que não vale a pena produzir principalmente leguminosos e frutas, pelo baixíssimo preço pelo que são vendidos e relatou prejuízos com plantação de grãos como feijão e a perda de plantações de milho pela falta de chuvas. Senhor Nicolino também relatou problemas de saúde e que apesar de ter acesso ao hospital de Mantena e Governador Valadares, a longa distância dificulta o tratamento, além da ineficiência do SUS. Ele acrescentou que a falta de asfalto na região dificulta muito seu desenvolvimento e integração com o centro de Mantena o que afeta o escoamento de qualquer coisa que se produza e o perigo das estradas estreitas de terra. Disse que recebeu sementes da EMATER de Mantena mas relatou que a má qualidade das sementes é conhecida na região.

Figura 2 - Milharal do Sr. Nicolino Gonçalves de Oliveira, em abril de 2016.



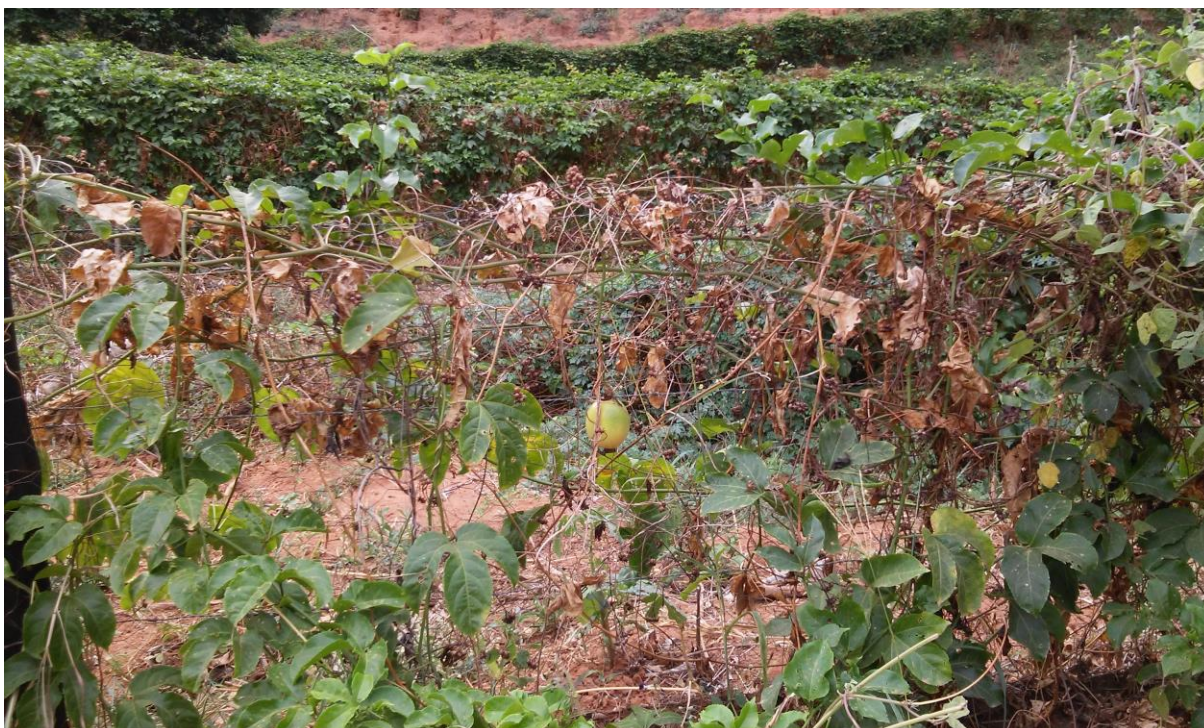
Fonte: Foto de Sara Nascimento. Mantena, Abril, 2016.

Segunda família entrevistada foi do Sr. Valdeir Gonçalves de Oliveira de 40 anos, sobrinho e residente nos fundos da terra de Nicolino G. de Oliveira. Possui esposa dona de casa, um filho menor de idade e filha de 18 anos. Ambos anseiam que os filhos prossigam em seus estudos, concluam uma faculdade e saiam da região. Valdeir trabalha sozinho, arrenda a terra

do Sr. Nicolino para pastagem de 40 cabeças de gado e utiliza o leite como pagamento e para a venda que se dá principalmente através da cooperativa do Córrego do Bom Jardim e da cooperativa de Colatina (ES), que busca o leite de caminhão. Sobre a comercialização do leite relatou que antes fornecia para a cooperativa do Resplendor/CAPEL - MG, a qual foi a falência e não pagou pelo leite vendido. Para o produtor o preço do litro está entre 0,80 e 0,90 centavos (considerado baixo), porém não apenas nos distritos de Mantena, mas também nas regiões próximas. Considera, no entanto que sua renda incluindo o Bolsa família, é suficiente para viver sem “luxos”.

Na estrada principal do Córrego de Ariranha foi entrevistado o Sr. Lázaro de Souza, 62 anos, vice-presidente da Associação dos Moradores do Córrego do Bom Jardim e Adjacências, foi entrevistado no horário de almoço, no intervalo da colheita, com seu filho Maxwell de 25 anos. Possui terras próprias em ambos os lados da estrada. Com alegria mostrou sua primeira safra de maracujá, uma grande plantação em terreno inclinado e que alcança bom preço nas feiras de Mantena e em São João de Manteninha; vendem em média 240 Kg semanais à R\$ 3,00 / kg, considerado um bom preço por ambos. Após isso Lázaro e Maxwell discutiram sobre um problema que enfrentam como a burocracia da nota fiscal de Minas Gerais, pois Maxwell relatou que o Governo de Minas não aceita nota fiscal em papel, apenas eletrônica, porém não há internet acessível em Córrego do Ariranha. Desta forma tomaram uma decisão comum entre os produtores da região de realizarem o escoamento do que produzem através das estradas do Espírito Santo onde o tributo é mais barato e a nota fiscal pode ser feita em papel. Maxwell também disse que a renda do campo não é suficiente para seu sustento familiar, portanto quando o período de colheita acaba ele trabalha prestando serviços de caminhoneiro em todo território nacional. A família utilizou financiamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) no valor de R\$ 2.250,00 para pagar em 1 ano, para produzir a safra de maracujá e disseram ter tido sorte do clima cooperar na obtenção de uma boa safra. Quando perguntados sobre a vida na região o sr Lázaro disse gostar muito da terra e que gostaria de adquirir mais, porém o filho que deseja comprar terra e se mudar para Rondônia onde a terra é plana adequada para o pasto e onde não há o constante problema de falta de chuva, o mesmo disse que não chovia há 2 anos em Mantena, tendo chovido apenas em fevereiro e março de 2016. Disseram que a EMATER oferece ajuda na capacitação dos produtores e em sementes, porém estas são de má qualidade.

Figura 3 - Plantação de Maracujá do senhor Lázaro de Souza em abril de 2016.



Fonte: Própria. Abril, 2016.

Seguindo em frente encontramos a quarta família. Na beira da estrada se vê a instalação da Unidade de Resfriamento do Córrego do Bom Jardim dentro da pequena terra do senhor Alaor Martins de Souza de 38 anos, membro da Associação dos Moradores do Córrego do Bom Jardim e Adjacências, este tinha muitas informações a dar e opiniões sobre a região e principalmente o abandono político sofrido por Barra do Ariranha. Sr. Alaor é o principal produtor da família, a esposa e filha não trabalham diretamente na produção. Possui cinco vacas e vive da venda do leite, do salário da Associação e da Bolsa família. Expôs a importância da produção do leite na região, sendo a principal fonte de renda das famílias e que após a falência da Cooperativa de Mantena a maior parte da produção de leite da região é destinada à Cooperativa de Colatina (ES) que envia um caminhão à região todos os dias para a coleta do leite. O produtor ressalta que o preço do litro de leite está muito baixo e não garante o sustento dos produtores; o valor do litro está em torno de R\$ 0,80 e R\$ 0,90/ l; contudo o necessário seria em torno de R\$ 1,50 / litro. Acrescentou que o preço do leite varia de região para região no país e que apesar de Mantena gerar um grande volume de produção leiteira apenas em outros lugares mais distantes pagam mais pelo litro. Afirmou que o município de Mantena enfrenta um grave problema em todos os seus distritos: a migração das pessoas do campo indo em busca

de salário-mínimo nas cidades (...) “ *pois enquanto o preço dos legumes e laticínios é o mesmo há anos, o preço do salário-mínimo só aumenta nas cidades e como o investimento na compra de terras e produção de qualquer coisa é alto, as pessoas no campo vivem em situação de miséria*”. Sr. Alaor relatou sobre uma empresa muito antiga em Mantena que extrai pedras e toda a sua produção geradora de empregos vai para Barra de São Francisco - ES. Por essa situação de pobreza e falta de esperança relatada pelo Sr. Alaor, toda sua família saiu de Córrego do Ariranha para o centro de Mantena, Belo Horizonte e Vitória em busca do emprego que não existe no campo. Ele concluiu que por isto pretende sair do Córrego com sua família para buscar emprego em um centro urbano e para a filha poder estudar. O produtor termina fazendo algumas denúncias. A primeira se refere a falta de asfalto em Barra do Ariranha, uma promessa feita pelo prefeito anterior e que além de não ter sido cumprida o prefeito espalhou placas pelo distrito dizendo que “ *aqui chegou o asfalto*” porém é uma mentira descarada segundo o entrevistado. A segunda é sobre o problema da falta de transporte para os alunos que saem do campo e vão para Vila do Córrego do Ariranha ou centro de Mantena; um ônibus e uma Kombi, ambos em péssimas condições no quesito de segurança e que quebram constantemente prejudicando e pondo em risco a vida dos alunos (de todas as faixas etárias). A terceira trata-se da compra de verduras e legumes por parte da prefeitura, pois o campo de Mantena não “consegue” produzir apesar de como relatou o Sr. Alaor, a população de Mantena ser em torno de 25 mil habitantes e dessas cerca de 15 mil residirem na área rural.

Seguindo a estrada chegamos à família do Sr. Gilson e D. Maria Lurdes Teodoro de 51 anos, ambos produzem sozinhos pois os três filhos saíram de Córrego em busca de emprego e foram para Rondônia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Campinas, onde vivem. O Sr. Gilson afirmou que não quer deixar a terra por estar onde ele cresceu e por gostar da região, já D. Maria tem desejo de vender a terra e ir para Campinas ficar próxima aos filhos. Ambos possuem gado e porcos para venda e consumo, porém sua renda principal vem do café que é vendido para um atravessador de Água Dose (ES) e leite que é vendido à R\$ 0,94/l para um laticínio em Central di Minas, segundo ele ‘um dos melhores pagadores da região’. Relataram que na região é difícil produzir verduras, legumes, frutas e grãos por causa da escassez de chuvas e que a renda financeira adquirida é insuficiente para se sustentarem e muito volátil também, por isso precisam complementar seus rendimentos como podem. Relataram ter recebido sementes de feijão da Associação do Córrego do Bom Jardim, porém de péssima qualidade. Denunciaram também a falta de asfalto para escoamento de produção e o projeto de água implantado pela

prefeitura em quase todas as casas de Barra do Ariranha, que garantiria água no período de seca, porém que não pode ser utilizada para as plantações.

Em seguida entrevistamos a família do Sr. Nero Félix da Silva e Sra. Dorvalina Rodrigues da Silva de 70 anos, este, com idade avançada estava trabalhando com o gado no momento da pesquisa. A família possui terra dos dois lados da estrada principal e são os principais produtores, porém ambos com a saúde fragilizada pela lida no campo. O Sr. Nero quer ficar na terra pelo valor familiar pois é nascido e criado no Córrego, já D. Dorvalina gostaria de vender a terra e sair, para viver com mais conforto e próxima aos filhos, já que quase todos saíram de Barra do Ariranha em busca de emprego (menos o filho Vital de 25 anos). Possuem cinquenta cabeças de gado, produzem e vendem leite para Associação do Bom Jardim e cacau que está na primeira safra e para o qual fizeram um empréstimo pelo PRONAF de R\$ 3.000,00 para pagar em 1 ano; vendem o produto por R\$ 200,00 a saca de 25 kg. Relataram ter sofrido com a falência da cooperativa Resplendor de Mantena que não os pagou e que o preço do leite é muito baixo comparado a outras regiões. Disseram haver recebido sementes de arroz da Associação do Córrego do Bom Jardim, porém de péssima qualidade. Ambos vivem da aposentadoria rural.

Figura 4 - Curral para os bois, de Nero e Dorvalina Silva, em abril de 2016.



Fonte: Própria. Abril, 2016.

A entrevista com D. Carmelita e o Sr. Adelídio Costa Filho de 51 anos nos revelou problemas semelhantes dos demais entrevistados como o problema da migração econômica; os filhos do casal foram para os EUA em busca de emprego. Sr. Adelídio é fiscal da Associação do Córrego do Bom Jardim. O casal considera que tem uma boa produção em volume de leite, possuem em torno de 200 cabeças de gado e para o transporte do leite utilizam uma carrocinha específica atrelada à moto. Ainda não são aposentados e de acordo com D. Carmelita a renda da família é o suficiente apenas para cobrir as necessidades básicas. Seguindo a estrada foi realizada a entrevista com Sr. Darci Antero da Silva de 46 anos, o qual vive e produz sozinho na terra. Sua renda advém do arrendamento de um pedaço de terra para pasto de outra família da qual recebe 40 reais por cabeça de gado (20 cabeças no total); vende quiabo na feira de Mantena na média de R\$ 4,00/kg e comercializa também café (tem 3.000 pés de café) e vende a saca de 50 kg por R\$ 350,00 para o principal comprador de café da região, o senhor Zé Binário, que busca as sacas de café e transporta para Santo Onofre, Água Doce (ES). Durante a entrevista relatou estar se preparando para vender a terra e prosseguir para Vitória em busca de emprego porque quer oferecer oportunidade de estudos para os filhos e hoje este é seu principal objetivo na vida.

A família da D. Jarete de 44 anos, tesoureira da Associação de Moradores do Córrego do Bom Jardim, e Elifas Souza de 52 anos possuem rendas advindas da venda de leite para a Associação do Córrego do Bom Jardim por R\$ 0,85/l; possuem 18 cabeças de gado e empregam o irmão de Elifas sob contrato de 5 anos de trabalho; o senhor Geraldo de 56 anos, o qual realiza a colheita de café (que é comercializada com Zé Binário atravessador de Água Doce - ES) por R\$ 350,00/saca de 50 kg. Os três filhos do casal saíram da área rural para o centro de Mantena, Limeira e Betim em busca de emprego. Ambos relataram prejuízo com a safra de café nos últimos anos pela falta de chuvas e que desejam vender as terras e sair do local para outra área de Minas onde se pague melhor preço pelo café e o leite, ou ir para os Estados Unidos em busca de trabalho. Dona Jarete afirmou que a maior parte da população rural de Mantena é envelhecida e permanece na terra para obter a aposentadoria rural e que se não fosse por esse motivo já teriam saído assim como fizeram e fazem os mais jovens. Denunciou a péssima qualidade das sementes dadas pela EMATER e a falta de assistência da prefeitura na obtenção de um sistema de irrigação para as plantações da região.

O casal formado por D. Lucimar (28 anos) e Jonas Vidal (42 anos) vivem da produção de leite, o qual vendem para Associação do Córrego do Bom Jardim por R\$ 0,85/l e café para

o comprador Zé Binário de Água Doce(ES) por R\$ 250,00/saca de 50 kg. Comentaram sobre o projeto “Balde Cheio” do Governo de Minas que os tem beneficiado no aumento da produção de leite. Relataram que as rendas da venda do café e do leite não são suficientes e por isso Lucimar faz curso dado pela prefeitura em Vila do Ariranha de derivados do leite para fazer bolos, doces, etc. com os produtos que eles mesmos produzem e o Sr.Jonas trabalha como pedreiro na região. Ele ressaltou o problema da seca e que não há alternativa dada pelo governo para irrigar as plantações de café, pois não pode utilizar o rio e nem a caixa d’água instalada pela prefeitura. Todos os seus familiares saíram da área rural de Mantena e o casal pretende vender a casa que possuem no centro de Mantena e irem para Rondônia ou Mato Grosso em busca de terra mais barata e adequada para o gado. Ambos denunciaram que são cobrados pela conta de luz urbana e não pela tarifa diferenciada para o meio rural e relataram que há 10 anos foi fechado um posto de saúde que operava em Córrego do Ariranha e que agora só tem acesso ao posto do centro de Limeira (outro distrito de Mantena).

O Sr. Ailton Marinho Gomes de 58 anos, presidente da Associação de Moradores do Córrego do Bom Jardim e sua nora Débora Gomes de 21 anos, 2ª secretária da Associação também nos relataram sobre as agruras que passam nesta região. A família é grande com 3 filhos e suas respectivas famílias morando e produzindo na mesma terra (4 núcleos familiares no total). Vivem principalmente do café e do salário da Associação. O café é vendido a José Binário (atravessador) para Água Doce (ES) por R\$ 350,00 a saca de 61 kg. Relataram utilizar agrotóxico na plantação de café para matar praga e também que o prejuízo na safra de café pela estiagem ocorrida nos últimos dois anos foi grande. Com isto estão com um prejuízo de R\$ 5.000,00 devido ao empréstimo obtido para realizarem a plantação da safra anterior e a renda obtida não foi suficiente para pagar o PRONAF. O Sr. Ailton comentou que existiam três pedreiras na região geradoras de muitos empregos, porém duas foram fechadas pelo IBAMA e apenas em uma continua sendo possível a extração de pedras. O Sr. Ailton é aposentado e relatou não ter desejo de sair do local pois gosta da região e foi criado nela assim como sua esposa, porém D. Débora afirmou que ela, o marido e os outros filhos do Sr. Ailton pretendem sair da região e adquirir terras em Rondônia onde há terras mais baratas e mais chuvas. Ambos denunciaram o problema de transporte, com um ônibus apenas que circula duas vezes na semana em toda a área de Barra do Ariranha e a precariedade e insegurança do ônibus escolar.

O casal formado por D. Rosilane de 33 anos e o Sr. João Venâncio de 40 anos tem dois filhos pequenos e ambos vivem da produção de queijo e maracujá. D. Rosilane vende a polpa

do maracujá a R\$ 10,00/l para a prima em Vargem Grande – Mantena; possuem duas vacas e o queijo é produzido por Seu João para ser vendido na área rural a R\$ 15,00 / kg. Apesar de todos os seus familiares terem saído da região e rumado para Rondônia e Portugal, eles pretendem ficar, pois gostam da vida no campo. Possuem porcos e horta para autoconsumo.

D. Elisângela (38 anos) e José Oliveira (40 anos) relataram tristeza pelo prejuízo com a produção do café no ano de 2015 e 2016 por conta da falta de chuvas; além do prejuízo amargo possuem uma dívida de R\$ 2.000,00 dos recursos obtidos junto ao PRONAF. Por tudo isto sentem que sua vida no campo está inviabilizada e pretendem vender as terras e sair da região assim como os familiares para buscar emprego em Belo Horizonte.

D. Nilza Maria Rodrigues de 49 anos e Seu Edson Oliveira de 54 anos vivem da produção de café e da criação de galinhas. O café é comercializado com José Binário (do Espírito Santo) por R\$ 240,00 a saca de 50 kg e as galinhas são vendidas por R\$ 20,00 a R\$ 30,00. Os filhos do casal já saíram da região devido a falta de oportunidades e ambos pretendem vender a terra e comprar uma casa em Vila do Ariranha ou São João do Manteninha em busca de melhoria na renda e algum conforto na vida.

A família de D. Vaneire de 30 anos e do Sr. Fabio Prado de 32 anos produzem em terra sob concessão e desejam comprar terra própria na região. Vivem principalmente da venda do leite a R\$ 0,90/l para laticínio da Central di Minas. Todos os familiares saíram da região para Vitória e Belo Horizonte, entretanto eles declararam que não querem sair do lugar onde desejam criar os dois filhos.

O Sr. Moisés Pereira Lacerda, 34 anos, produz sozinho café e arrenda a terra para gado recebendo mensalmente R\$ 800,00 e cada saca de café é vendida a R\$ 370,00 /50 kg, valor que o mesmo considera um bom preço. Fez um empréstimo de R\$ 15.000,00 junto ao PRONAF para plantação de café e construção de sistema de irrigação. Todos os familiares saíram da região e ele deseja sair do local. Sr. Moisés relatou já ter trabalhado nos Estados Unidos, porém voltou para o Brasil. Comentou que umas das grandes dificuldades é o escoamento da produção agrícola e a pecuária em Barra do Ariranha.

Figura 5 – Café e sistema de irrigação de Moisés, em abril de 2016.



Fonte: Própria. Abril, 2016.

D. Helena Guedes de Oliveira de 75 anos e Sr. Luis Rodrigues de 73 anos, ambos aposentados rurais e que obtém renda de arrendamento e trabalho feito pelo arrendatário Sr. Elias de 35 anos. O leite é vendido à Associação do Córrego do Bom Jardim por R\$ 0,80/l e a saca do café é vendida à José Binário (Água Doce - ES) por R\$ 250,00/50 Kg. O filho que mora em Limeira auxilia na comercialização e no arrendamento. Ambos querem ficar na terra pela história familiar e recebem juntos cerca de três salários-mínimos.

A família de D. Odete e do Sr. José de Souza (ambos com mais de 60 anos) trabalham na produção de leite, café e criação de galinhas para consumo próprio. O leite é vendido para o laticínio na Central di Minas por R\$ 0,90/l e o café é comercializado por R\$ 300,00 por saca de 50 kg. Ambos são aposentados e todos os familiares e filhos saíram da região, porém gostam da terra e desejam permanecer. Comentaram que as pessoas da região vivem em insegurança porque como a maioria produz leite, todos tem sua renda dependendo de um produto com o preço muito defasado e que devido à estiagem não há água nem capim e portanto não há leite.

A família de Paulo da Rocha de 39 anos, o qual junto com seu irmão Elias de 38 anos são os principais produtores da terra, com a venda do leite e do café, complementam a renda

trabalhando como diaristas. Declararam não querer sair da região (por motivos familiares) mas especialmente por gostarem da vida no campo.

Ao final de todas as entrevistas muitos pontos em comum foram encontrados: o envelhecimento dos produtores da região, a saída dos mais jovens em busca de condições melhores de vida (salário-mínimo), a baixa escolaridade dos produtores, a miséria enfrentada por todos e o ciclo de pobreza no campo, o descaso do governo e da prefeitura em relação a área rural de Mantena (investimento, planejamento, educação - nenhum dos entrevistados tinha o ensino médio, saúde, pavimentação das estradas, assistência técnica) além do grave problema da seca, todos pendentes de solução. Contudo todas as famílias entrevistadas possuíam produção para autoconsumo como hortaliças e frutas e criação de animais (galinhas, porcos) e alguma criação de gado.

Pode-se então realizar um paralelo com o relato feito por Oliveira (2007) que retrata a vitória aparente do agronegócio, da “elite” do campo sobre os camponeses. Se por um lado os mesmos insistem, permanecem, lutam, invadem, ocupam, plantam, são retirados, são mortos mas perseveram avançando na luta e nos movimentos sociais do campo, tendo “a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado” (OLIVEIRA, 2007, p. 153). Por outro lado as “elites” possuem respaldo no passado e recorrem à violência como ferramenta que garante o controle sobre “seu patrimônio, expresso na propriedade privada capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 153). Enquanto os dois lados recorrem à justiça, um em busca de questionar e demandar seu direito à terra e outro em busca de manter a estrutura atual, a justiça tem sido parcial e tendido à apoiar as reivindicações feitas pelas “elites”. Tal é que muitas autoridades têm dado reintegração de posse a grandes produtores que não possuem a comprovação como donos das terras, pois essas são públicas. Vê-se assim que uma grande subversão da justiça têm ocorrido, onde os camponeses sem terra que buscam o seu direito garantido por Lei se tornam os “novos presos políticos do Brasil da modernidade”, sentam-se em bancos de réu recebendo a injustiça no lugar da justiça (OLIVEIRA, 2007, p. 153, 154).

Os dados da CPT traduzem em números os conflitos por terra, água, causas trabalhistas, conflitos em tempos de seca, política agrícola e garimpo no período de 2007 a 2016 foram de 1.538 para 1.536 (CPT, 2017). Desse modo pode-se entender que a Reforma Agrária têm sido executada fracamente e no período do governo Lula, todos os assentamentos foram realizados de modo a não afetar o agronegócio e ao contrário, beneficiá-lo. As políticas agrícolas adotadas

durante anos paralisaram a Reforma Agrária e permitiram a permanência do modelo de monocultura (baseado na grande propriedade) em detrimento do pequeno produtor familiar. O que pode ser dito a esse respeito? Que a “reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no país” (OLIVEIRA, 2007, p. 178) e para que isso seja viabilizado o governo mantém diálogos vazios com os movimentos sociais e não realiza a Reforma Agrária como deveria “porque o MDA/INCRA não quer desapropriar os grandes imóveis improdutivos (...) para não desestabilizar o agronegócio” (OLIVEIRA, 2007, p. 177-178).

Considerações não conclusivas

A análise particular, como um estudo de caso, de Mantena-MG parece apontar para o fim da produção camponesa, êxodo dos jovens, preços baixos dos produtos agrícolas, falta de assistência técnica etc.; seu absoluto declínio, tomada a partir dos elementos exclusivamente econômicos, da lógica dominante. Isto não é suficiente para lançar ao êxodo aqueles que insistem ainda com esperança em trabalhar sua própria terra, ou mesmo uma terra alugada, dependendo dos ciclos naturais para retirar da terra seu sustento, parecendo dar razão à Chayanov, a persistência do campesinato. Uma análise mais detida permite mostrar a necessidade de resolver a contradição persistente da economia brasileira: grande propriedade x propriedade camponesa.

A questão pendente da terra é a questão pendente da nação, o que não permite conclusões apressadas. Mas exige interrogar-nos sobre o que parece ser a tragédia camponesa em nosso país. Tragédia decorrente do papel que joga o país no contexto internacional. Nação em formação, submetida pelo imperialismo à condição de nação semicolonial, que mantém relações atrasadas, principalmente no campo, devido a estrutura fundiária altamente concentrada, uma distância abissal entre campo e cidade. Tragédia presente e possibilidade futura, ou seja, sua solução abrirá novos caminhos para o país e para as classes, como todo parto, doloroso.

Referências de bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO, ABAG. Plano Safra 2016/2017: Análise da ABAG. Disponível em: < http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-plano-safra-2016-17-analise-abag> Data de acesso: 14/07/2017.

CAMELY, Nazira. A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF). Niterói: 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT. Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2007-2016). Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/58-dados-2016/14050-imprensa-comparacao-dos-conflitos-no-campo-2007-2016>> Data de acesso: 16/05/2017.

_____. Massacre deixa pelo menos 10 mortos na área rural de Colniza (MT). 2017. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3736-massacre-deixa-pelo-menos-10-pessoas-mortas-na-area-rural-de-colniza-mt>> Data de acesso: 16/08/2017.

_____. Violência: os recordes de 2016. 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/58-dados-2016/14059-violencia-os-recordes-de-2016-cpt-assessoria-de-comunicacao>> Data de acesso: 16/07/2017.

CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DOWIE, Marx. Os refugiados da conservação. Tradução de Antônio Carlos Diegues. Acessível em: <http://www.usp.br/nupaub/dowie.pdf> , 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo Agro 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário.** Comunicação Social. Set. 2009. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=1464&busca=1&t=ibge-census-of-agriculture-2006-makes-portrait-of-brazil>> Data de acesso: 12/03/2017.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. **Militante do MST é executado no Vale do Rio Doce, Minas Gerais.** Minas Gerais: Direção Estadual MST, 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/04/24/militante-do-mst-e-executado-no-vale-do-rio-doce-minas-gerais.html>> Data de acesso: 16/05/2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** 1ª Ed. São Paulo: Labur Edições. 2007. 185 p.

OXFAM. Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural, 2016. <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural> , acesso em 18/03/18.

NASCIMENTO, Sara. **Agricultura familiar no Brasil e a permanência do problema agrário: um estudo sobre o município de Mantena-MG.** Monografia (Graduação em Economia). Faculdade de Economia da UFF. Niterói, 2017.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. 2015.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Data de acesso: 05/06/2017.

SAUER, Sérgio *et al.* **Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural.** OXFAM Brasil. 2016. Disponível em: <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil .pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf)> Data de acesso: 23/01/2017.

SERFHAU. Decreto nº 4 de 1971. www25.senado.leg.br/materia

SILVA JUNIOR, José Plácido da. **Falta de sintonia com o campesinato e afinidade com o agronegócio.** In: *Conflitos no Campo Brasil 2012*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil. 2013, p. 141-147.

SILVA, J. F. Graziano da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1978. 267 p.

TEIXEIRA, Gerson. *Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil*. 2011. Disponível em: <http://www.humanosdireitos.org/noticias/denuncias/19-Evolucao-da-Concentracao-da-Propriedade-da-Terra-no-Brasil.htm> , acesso em 28/04/17.